



Eixo Temático: 6 - Práticas pedagógicas, formação de professores e formação continuada.

ESPECIFICIDADES DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Janaína Raquel Cogo¹

Natana Fussinger²

Martin Kuhn³

Introdução

A educação infantil é recente no cenário das políticas públicas educacionais. Em 1996 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996, a educação infantil é incorporada como uma das etapas da educação básica. Por sua vez, a Lei nº 12.796/2013 reafirma a pré-escola como primeira etapa da educação básica e estabelece a matrícula obrigatória a partir dos 4 anos de idade. As alterações nos estatutos legais da educação infantil e as pesquisas na área lançam novo olhar sobre educação infantil, interrogando a formação de professoras e a docência em ambientes de crianças pequenas. Ponderar sobre esses aspectos significa reconhecer as singularidades e as especificidades que distinguem esta etapa das demais da educação básica.

A terminologia utilizada pela Base Nacional Comum Curricular BNCC (2017), bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas demarca exigências específicas a cada uma dessas etapas da infância, o que requer que elas sejam atendidas de modo que se desenvolvam integralmente. Esse entendimento pressupõe um olhar atento às infâncias, à maneira como as crianças constroem suas aprendizagens, bem como aos saberes específicos requeridos à docência na educação infantil.

A criança é reconhecida pelas políticas públicas como um sujeito de direitos. Com direito ao brincar, a aprender, a conviver, a participar, a explorar, a se expressar e se conhecer. Assegurar os direitos aos infantes requer reconhecê-los como sujeitos ativos na construção de

1Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Professora de Educação Infantil da rede municipal de Santa Rosa/RS. E-mail: janaraquelr@gmail.com

2Mestranda em Educação - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Campus de Frederico Westphalen/RS. Grupo de Pesquisa Processos Educativos: Formação de Professores, Saberes e Práticas - GPPE, da URI/FW. E-mail: natanafussinger@hotmail.com

3Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ – Ijuí/RS – Brasil e Universidad Autónoma de Madrid. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Frederico Westphalen – RS. E-mail: martin@uri.edu.br



sua humanidade, de sua aprendizagem, de sua autonomia, de sua identidade. A reflexão apresenta brevemente o cenário das políticas educacionais que regem a organização da educação infantil, bem como reflete sobre formação das professoras⁴ da educação infantil e as especificidades do trabalho docente com as crianças da primeira infância.

Resultados e discussão

As pesquisas sobre a formação de professores e a docência têm alargado seu espaço em programas de pós-graduação nas últimas décadas. Na educação infantil, as pesquisas dirigidas à formação das professoras e às especificidades da docência assumiram o palco mais enfaticamente, isso se deu a partir da inclusão da educação infantil como primeira etapa da educação básica (BRASIL, 1996, Art 29). Nesse sentido, as pesquisas e os estudos têm-se dobrado sobre a formação e a atuação docente, abordando exigências e especificidades próprias de cada etapa. À intenção de conhecer soma-se o desafio de pensar uma formação inicial e continuada que garanta e assegure às professoras o domínio dos saberes específicos necessários à sua atuação com crianças pequenas.

A legislação que rege a formação inicial das professoras de educação infantil, LDBEN - Lei 9.394/96, apresenta em seu artigo 62 que, esta “far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.” (BRASIL, 1996, Art. 62).

De caráter mais específico, encontramos a Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Nesse contexto, com vistas à educação infantil, o artigo 5º aborda que o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a “compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social.” (BRASIL, 2006, Art. 5, II). Essas atribuições dirigidas às pedagogas caracterizam especificidades inerentes ao trabalho na educação infantil.

⁴Neste trabalho, será utilizado o substantivo feminino, quando nos referimos aos professores de educação infantil, pois a maioria dessa categoria são mulheres. Ressaltamos que isso não exclui a possibilidade da atuação de homens na educação infantil.



Tal entendimento amplia pesquisas e estudos na área e contribuiu para a produção de um documento curricular específico para a educação infantil, aprovado no final do ano de 2009 e reconhecido como Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI)⁵. Neste sentido, as DCNs para a educação infantil definem que os professores sejam capazes de elaborar e desenvolver propostas pedagógicas que considerem a criança como centro do planejamento curricular e como produtora de cultura. Nas diretrizes a criança é concebida como “[...] sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade produzindo cultura.” (BRASIL, 2009, p. 12).

A luta pelo direito das crianças pequenas à educação afirma-se desde a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e é reiterada pelo Estatuto da Criança e Adolescente, Lei nº 8.069/1990 (BRASIL, 1990), impulsionada pelos movimentos comunitários, pelos movimentos de mulheres, pelos movimentos de trabalhadores, pelos movimentos de redemocratização do país, além, evidentemente, pelas lutas dos próprios profissionais da educação. (BRASIL, 2010). O cenário das lutas pelos direitos feministas contribui e fortalece a discussão da docência com formação específica para atuar na educação infantil. À garantia do cuidar e do educar somam-se todos os outros direitos conquistados como alimentação, higiene e cuidados, ou seja, com atenção voltada para a integralidade da educação na infância.

A efetivação de direitos pelas políticas garante, pelos menos de modo positivado, o direito das crianças à educação e ao cuidado como “binômio indissociável e como princípio norteador da docência na educação infantil.” (MARTINS FILHO, 2020, p. 78). Tais orientações normativas interrogam o perfil da professora, impõe novas exigências à formação de professores e a atuação na prática pedagógica.

O debate em torno da especificidade da docência na educação infantil é uma elaboração recente e vem alargando fronteiras nos últimos 20 anos. Ou seja, ainda se encontra em processo de constituição e consolidação com muitos desafios para a superação da visão assistencialista que por muito tempo permeou a educação infantil. Atualmente, conforme Martins Filho (2020, p. 76), objetiva-se a consolidação de “práticas que respeitem os direitos

⁵Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Este documento reúne princípios, fundamentos e procedimentos que objetivam orientar as políticas públicas na elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares da educação infantil.



das crianças e as especificidades das culturas infantis e da prática pedagógica.” Torna-se necessário, desse modo, produzir e aprofundar estudos e pesquisas dirigidas a uma pedagogia da infância fundamentalmente não escolarizante, que reconheça a criança em ambientes coletivos e de produção de culturas infantis. Isso já é evidenciado nas DCNEI (2009) e atualmente na BNCC (2017) para a educação infantil.

Atualmente a sociedade passou a ter outro olhar para a criança e a infância, “reconhecendo-a como um ser histórico e social, inserida em uma determinada cultura, um ser em desenvolvimento, que já faz parte da sociedade, que já é cidadã.” (AZEVEDO, 2013, p. 67). Em sintonia com a concepção de uma criança participante, ativa na sociedade, considera-se também a necessidade de um profissional que compreenda o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, social, afetivo, ético e estético em sua prática educativa. Historicamente, em contexto educativo de infância vinculada a assistência social, não se reconhecia a importância da interação nos momentos de cuidado da criança. Hoje, na perspectiva de uma educação infantil de qualidade é imprescindível que a professora reconheça o cuidar com a criança como aspecto indissociável à educação da infância, traduzida pelo binômio cuidar e educar.

Neste movimento compreensivo, a dimensão lúdica da educação infantil é outro aspecto a ser considerado na formação de professores para esta etapa. A BNCC (2017) propõe que a criança na educação infantil aprenda brincando pelo viés das interações e brincadeiras, o que também está previsto nas DCNEI de 2010. As brincadeiras devem ser enriquecidas com a participação ativa das crianças, e planejadas com intencionalidade pedagógica. Para assegurar o desenvolvimento integral das crianças na educação infantil, a BNCC (2017) elenca 5 campos de experiências de aprendizagem que devem ser contemplados a partir das interações e das brincadeiras. Os campos de experiência possuem a finalidade de entender a criança em sua integralidade e objetivam orientar as ações da professora. São eles: (1) O Eu, o Outro e o Nós; (2) Corpo, Gestos e Movimentos; (3) Traços, Cores, Sons e Formas; (4) Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação; (5) Espaço, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações.

Os campos de experiência propostos pela BNCC alinham-se aos direitos de aprendizagem definidos pelo mesmo documento, considerando as práticas sociais e o desenvolvimento de múltiplas linguagens na infância. Os campos de experiências “reconhecem que a imersão das crianças em práticas sociais e culturais criativas e interativas promovem aprendizados significativos.” (BRASIL, 2017, p. 11). À professora cabe



compreender estes 5 campos, que em tese, constituem “um arranjo curricular que organiza e integra brincadeiras, observações, interações que acontecem na rotina da creche/escola. Dão intencionalidade para as práticas pedagógicas e colocam a criança no centro do processo.” (BRASIL, 2017, p. 11).

É possível reconhecer que as pesquisas e os documentos norteadores do trabalho pedagógico com as crianças pequenas têm abordado questões acerca da importância de as professoras compreenderem e considerarem este período da vida como um tempo de vivências, interações e descobertas para seu desenvolvimento contínuo. Isso significa pensar em tempos e espaços coletivos de educação infantil, de brincadeiras e de ações lúdicas que incorporem práticas de cuidado e de educação que valorizem a escuta, a fala, a imaginação, o lúdico, a criação, o faz de conta, aspectos que constituem especificidades da sua atuação docente com os pequenos. Conforme Silva (2013, p. 30) significa reconhecer que “[...] o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social e cultural das crianças é percebido como um processo único, marcado por diferentes dimensões que acontecem no interior das relações entre os adultos e as crianças e entre as crianças.” Trata-se ainda de compreender a rotina como um “[...] tempo de aprender, de conviver, de falar, de escutar, de silenciar, de brincar, de ser.” (OLIVEIRA et al., 2019, p. 76).

Propiciar a criança, desde muito pequena, o faz de conta, o imaginário e, a fantasia, são meios de compreensão do mundo adulto, elaboração de signos, construção de sentidos, bem como a resolução de conflitos. Isso é possível, por meio da literatura infantil, jogos pedagógicos, brincadeiras e experiências (que envolvam criar, explorar, manipular, fantasiar) a ela proporcionadas. É importante que a professora de educação infantil saiba brincar junto, interagir, mediar, observar e promover situações concretas, atributos fundamentais à docência com as crianças de 0 a 5 anos e 11 meses. Uma formação que contemple as especificidades de cada etapa da educação infantil é fundamental para sua qualidade.

Considerações finais

A partir da breve análise tecida acerca das políticas educacionais para o atendimento a primeira infância em nosso país, é possível concluir que muito se avançou, passando de uma perspectiva compensatória e assistencial para a preocupação com a qualidade da educação oferecida nas instituições dirigidas à infância. A preocupação com a formação e a valorização



XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)

I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

das profissionais dessa etapa de educação é manifesta reiteradamente nas recentes políticas educacionais e aponta para novos rumos para uma educação infantil de qualidade.

No cenário atual, a recente Base Nacional Comum Curricular/BNCC (2017) tornou-se referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para todas as etapas da educação básica. No caso da educação infantil, normatiza as aprendizagens essenciais que todas as crianças devem desenvolver no decorrer dessa etapa da educação básica, definindo os direitos de aprendizagem estruturados em campos de experiências. Alinhar em âmbito nacional a educação infantil por meio dos direitos de aprendizagem e campos de experiência anuncia critérios formais (conhecimentos), políticos (emancipação humana), éticos e estéticos (sensibilidade a diferença) e pedagógicos (fazer docente) para a organização das instituições de educação dos pequenos e, igualmente, se torna parâmetro para orientar as práticas educativas das professoras.

Refletir sobre a educação infantil requer problematizar a infraestrutura, os materiais, a legislação que rege a formação inicial e continuada das educadoras, mas sobretudo é preciso pensar nos sujeitos que compõem a educação infantil. A docência com crianças pequenas pressupõe saberes específicos e requer que se considere diversos aspectos, como a faixa etária, as rotinas, os tempos e os espaços, as relações de afetividade envolvidas nesse ambiente educativo, a indissociabilidade entre o cuidar e o educar. Fundamentalmente requer reconhecer que a aprendizagem se faz pelas interações com seus pares, professores e crianças, crianças e crianças, crianças e ambiente e com demais sujeitos que integram seu espaço de formação. Desse modo, a docência na educação infantil requer profissionais qualificados e com formação específica para cada etapa.

A docência na educação infantil é complexa e desafiadora. Apesar de sua tradição compensatória e assistencialista, hoje, ela alarga seu campo de compreensão e é reconhecida pelas especificidades que cabem a esta etapa de educação e às suas práticas educativas. Assegurar que as crianças sejam partícipes ativas do processo de seu desenvolvimento e de sua aprendizagem, configura-se como um novo olhar para a educação infantil, como um espaço coletivo de vivências, de interações, de afeto, de curiosidades, de magia, de criatividade, de encantamento e de aprendizagens que deixam marcas em sua identidade. As enormes discrepâncias econômicas, sociais e culturais de nosso país tornam colossais os desafios a serem enfrentados no interior das escolas de educação infantil país afora. Há muito



XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)

I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

a ser feito para assegurar a formação humana de qualidade afirmada nas políticas e nos documentos orientadores da educação infantil. Nada disso efetivamente acontece se no âmbito da escola, da formação de professores e das práticas educativas não estiverem asseguradas às condições materiais, financeiras, humanas e pedagógicas.

Referências

AZEVEDO, Heloísa Helena Oliveira de Azevedo. **Educação Infantil e formação de professores**: para além da separação cuidar-educar. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 24 jun. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBEN nº. 9.394 de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso: 24 jun. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. (DCNEI). Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2010.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Resolução CNE/CP 01 de 15 de maio de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso: 03 jun 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso 27 jul. 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso: 20 jul. 2020.

MARTINS FILHO, Altino José. **Minúcias da vida cotidiana no fazer-fazendo da docência na educação infantil**. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2020.

OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos de; *et al.* **O trabalho do professor na educação infantil**. 3. ed. São Paulo, Biruta, 2019.

SILVA, Isabel de Oliveira e. **Professoras da Educação Infantil**: formação, identidade e profissionalização. In: *Docência na Educação Infantil*. TV Escola. Salto para o futuro. 2013.

Palavras-chave: Educação Infantil. Políticas educacionais. Saberes docentes.